RESENHA: CARTOGRAFIAS DAS INFÂNCIAS: HISTÓRIA, REPRESENTAÇÕES E SENSIBILIDADES NA AMÉRICA LATINA[1]

Vanessa Marques

O início do século XX marca a intensificação dos estudos sobre a história das infâncias e juventudes no Brasil. Essas pesquisas trazem à luz temáticas entrelaçadas, que evidenciam tanto as complexidades do cotidiano infantojuvenil quanto as mudanças socioculturais experienciadas por essa população. Inserida nesse movimento mais amplo de renovação historiográfica, destaca-se a obra organizada pelas historiadoras/o Silvia Maria Fávero Arend, Camila Serafim Daminelli, Daniel Alves Boeira e Elisangela da Silva Machieski, que constitui o segundo volume da coleção *História das Infâncias e Juventudes*. A coletânea reúne trabalhos acadêmico-científicos autorais, provenientes de distintas fontes e trajetórias, que examinam as transformações socioculturais vivenciadas pela população infantojuvenil na América Latina entre os séculos XIX e XX

Cabe destacar que a publicação é resultado do III Encuentro de la Red de Estudios de História de las Infancias en América Latina e do I Seminário Nacional do Grupo de Trabalho História da Infância e Juventude da ANPUH (Associação Nacional de História). O livro conta com prefácio da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura, além de uma apresentação elaborada pelos organizadores. A estrutura da obra conta com 11 artigos e encontra-se dividida em duas partes complementares: a Parte I, intitulada *Culturas e representações*, e a Parte II, denominada *Protagonismos e questões sensíveis*.

O prefácio, redigido por Vera Lúcia Braga de Moura, reflete sobre a importância da escrita da história das infâncias e juventudes, bem como sobre o compromisso ético, político e estético assumido ao trazer à tona reflexões acerca das práticas sociais experienciadas por crianças, jovens e adolescentes do passado. A autora apresenta os artigos que compõem o livro e enfatiza a relevância da costura e do entrelaçamento realizados pelos historiadores que se dedicam a investigar a vida de crianças e jovens do passado.

Em consonância, na apresentação da obra, as/os organizadoras estabelecem um paralelo entre as experiências vivenciadas pelo personagem Oliver Twist, criado por Charles Dickens, e a coletânea por eles organizada. Ainda que se trate de um contexto geográfico e temporal distinto daquele

1 Organizadores da obra: Silvia Maria Fávero Arend, Camila Serafim Daminelli, Daniel Alves Boeira, Elisangela da Silva Machieski.

retratado na narrativa de Dickens, a obra evidencia as mazelas sociais experienciadas pela população infantojuvenil. O texto ressalta, ademais, que os capítulos reunidos oferecem testemunhos das profundas transformações sociais nas experiências de crianças e adolescentes latino-americanos, contemplando dimensões relacionadas a direitos e políticas sociais.

Na primeira parte da coletânea *Culturas e Representações*, a historiadora Elena Jackson Albarrán, em seu artigo *Diplomatas de Calças Curtas: El Desarrollo Latinoamericano como Símbolo y Práctica entre Niños y Hombres*, analisa o uso estratégico da imagem infantojuvenil pela diplomacia cultural entre Estados Unidos e Brasil na década de 1940. Por meio do intercâmbio de dois jovens, o nova iorquino Bobby Gallagher, de 16 anos, e o paulista Roberto Paulo Cezar de Andrade, de 14 anos. Elena mostra como a representação da infância e juventude serviu para legitimar interesses econômicos e políticos dos EUA sob o discurso de amizade e cooperação. A autora fundamenta sua análise em jornais e revistas como *The New York Times*, *Correio da Manhã* e *Suplemento Juvenil*, além da coleção pessoal de Doug Gallagher, que inclui fotografias e documentos. O artigo evidência a desigualdade geopolítica na representação dos jovens, ao contrastar as figuras de Bobby e Roberto: enquanto Bobby é apresentado como o estereótipo do "garoto americano" descomplicado, Roberto se empenha em construir uma imagem de erudição e modernidade, sem renunciar a aspectos infantis que consolidam o capital político da iniciativa. A historiadora ressalta que a utilização estratégica da infância funcionou para consolidar consenso público e legitimar a ideia de uma América Latina "infantilizada", alinhada aos interesses desenvolvimentistas dos EUA.

O artigo de Olga Brites, intitulado *Imprensa e infância no Brasil: informação e formação (1930-1950)*, analisa a representação da infância em jornais e revistas, como *Fon-Fon!*, *Vida Doméstica* e *Infância*, esta última publicada pela Cruzada Pró-Infância, instituição de assistência à gestante e à criança no Brasil, além de periódicos como *O Estado de São Paulo*. Segundo a autora, a imprensa não se apresentava como um canal neutro de informação, estando alinhada aos objetivos do projeto de modernidade do país, voltado à formação de cidadãos-trabalhadores, frequentemente invisibilizando as realidades de pobreza e desigualdade ou recriminando os segmentos sociais mais vulneráveis.

Olga evidencia que a imprensa recorria a especialistas para legitimar seu discurso. Às mulheres cabia aplicar os preceitos estabelecidos por esses especialistas e garantir a higiene e a saúde das crianças. O consumo, por sua vez, era apresentado como elemento essencial da vida moderna, orientado pelas publicidades de produtos domésticos e infantis, que refor-

çavam a imagem da mulher como administradora do lar, mãe e consumidora, e da criança como sujeito passivo, desprovido de voz e sem autonomia de ação. A representação da infância era construída a partir do olhar dos adultos. Dessa forma, a imprensa estava alinhada aos valores da modernidade e desempenhou papel crucial na formação de uma opinião pública que reforçava a ideia da infância e juventude que deveriam ser preparadas para o exercício futuro da vida laboral.

Em sequência, Alejandra J. Josiowicz, em seu artigo intitulado "*Escritoras de Literatura Infantil na Argentina e no Brasil (1960-1970): rebeldes, feministas e revolucionárias*", analisa um grupo de escritoras argentinas e brasileiras que utilizaram a literatura infantil como meio de questionamento das normas sociais e das políticas autoritárias vigentes no contexto das ditaduras latino-americanas. A produção literária de autoras brasileiras, como Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Lygia Bojunga Nunes, bem como da argentina Laura Devetach, problematizava os papéis de gênero e as hierarquias sociais, ao mesmo tempo em que dialogava com os movimentos políticos da época.

Dessa forma, essas escritoras desempenhavam a função de articular o campo intelectual com públicos mais amplos, valendo-se da indústria cultural como instrumento de disseminação de ideias consideradas "revolucionárias". Josiowicz demonstra que tais autoras tiveram um papel fundamental na construção de um imaginário alternativo para crianças e jovens, que se afastava dos padrões normativos vigentes. Ainda que nem sempre de maneira explícita, suas obras fomentavam a autonomia e a liderança de meninas e meninos, contribuindo para a renegociação dos papéis de gênero, em contraste com a submissão e a obediência tradicionalmente exigidas das mulheres na época.

O quarto artigo da obra foi redigido pela historiadora Luciana Rossato, que analisa os discursos mobilizados sobre a juventude brasileira na imprensa durante a década de 1980. Fundamentando seu estudo em três diferentes veículos, a revista *Veja*, o jornal *O Estado* e a revista *Mundo Jovem*, a autora demonstra que a juventude era representada de formas distintas conforme o contexto em que era retratada: ora como um problema a ser resolvido, ora como um mercado consumidor em expansão, ora como um agente de transformação social.

A crise econômica, a abertura política e a ampliação do mercado consumidor influenciaram diretamente a maneira como a juventude era percebida e representada na sociedade brasileira. Desse modo, na revista *Veja* e no jornal *O Estado*, ela aparecia predominantemente como um problema a ser ajustado, associada a temas como drogas, sexualidade e futuro

profissional, embora também fosse apresentada como um público potencial para o consumo. Já na revista *Mundo Jovem*, vinculada ao setor progressista da Igreja Católica, a juventude era concebida como protagonista de mudanças sociais. Assim, mesmo no contexto da abertura democrática e da modernização da imprensa, as representações sobre a juventude refletiam as diferentes agendas e disputas políticas em curso na sociedade brasileira dos anos 1980.

Para finalizar a primeira parte do livro, o artigo de María Paula Bontempo, *"La revista Barbie y la emergencia del espacio 'preadolescente' femenino (fines de los años 80 e início de los años 90 en Argentina)"*, analisa a revista *Barbie, tu revista*, criada pela Mattel com o objetivo de globalizar a marca. A autora argumenta que a publicação contribuiu para a construção de um novo nicho de mercado, bem como para a consolidação de uma nova categoria social: o espaço feminino pré-adolescente.

Dessa forma, a revista funcionava como um canal de mediação entre a infância e a adolescência, combinando conteúdos voltados tanto para o público infantil quanto para o infantojuvenil. Ela utilizava formatos híbridos, como capas e fotonovelas com a boneca, seções de passatempos e manualidades, além de testes, horóscopos e letras de músicas pop. Assim, destacam-se dois pontos principais: primeiro, a revista não apenas refletia, mas também contribuía para a construção de práticas culturais; segundo, ela preencheu uma lacuna editorial ao colaborar para a formação de uma cultura pré-adolescente na América Latina.

Iniciando a segunda parte do livro, intitulada *Protagonismos e Questões Sensíveis*, Eliane Mimesse Prado, no artigo *Sobre vestígios de desaparecidos e órfãos na cidade de São Paulo (1894-1909)*, traça o caminho de institucionalização percorrido por crianças e órfãos desaparecidos em São Paulo entre os anos de 1894 e 1909. Suas principais fontes incluem os jornais *O Commercio de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano*, bem como documentos como o *Regulamento da Guarda Cívica* de 1896, que tinha por objetivo instruir os policiais sobre o recolhimento de crianças consideradas órfãs ou desaparecidas que circulavam pelas ruas.

Dessa forma, o abandono e o desaparecimento de crianças na cidade de São Paulo configuraram-se como um dos problemas sociais de uma metrópole em processo de modernização. A autora aponta que as crianças órfãs eram geralmente abandonadas e encaminhadas a orfanatos religiosos, uma vez que seus genitores as deixavam por diferentes motivos sociais, como falta de recursos, doenças, acidentes ou morte. Outro ponto relevante é que as crianças identificadas como desaparecidas eram, em geral, mais velhas do que a faixa etária das órfãs, com idade média de cerca de sete

anos, e desapareciam quando estavam desacompanhadas ou acompanhadas de irmãos mais velhos, o que abre a hipótese de que poderiam ter sido sequestradas, violentadas ou exploradas. Dessa maneira, os casos retratados nos jornais refletiam a norma burguesa vigente, centrada na manutenção da civilidade e da ordem social.

Em seguida, no texto *La corrupción de menores en el Distrito Federal, México (1920-1940)*, Susana Sosenski e Ana Cristina Rosado Medina analisam a experiência de crianças e adolescentes em processos judiciais que envolviam a "corrupção de menores" no Distrito Federal do México. Ao examinar os processos e a legislação da época, elas apontam que, mesmo com as políticas sociais pós-Revolução Mexicana voltadas à proteção das crianças, a realidade cotidiana dessas permanecia marcada por ciclos de vulnerabilidade, violência e exploração, revelando um abismo entre as políticas e as práticas sociais diárias.

As vítimas tinham entre 5 e 17 anos, em sua maioria adolescentes, frequentemente exploradas por adultos de confiança, seja em casa ou em espaços públicos. A comprovação dos crimes era difícil, e a palavra da criança tinha pouca influência nas decisões judiciais. O casamento com a vítima frequentemente suavizava as consequências legais do abuso sexual, e os meninos eram muitas vezes induzidos a cometer crimes, de forma a explorar sua vulnerabilidade social. O sistema legislativo e judiciário mexicano da época definiu de forma bastante imprecisa o conceito de "corrupção de menores", o que resultava era a insuficiência tanto na proteção das crianças e adolescentes quanto na responsabilização de seus agressores.

Em consonância com o debate sobre temáticas sensíveis, o artigo *"La Niña Madre. ¿Cómo pensar una Historia del abuso sexual a la infancia?"* analisa a trajetória de Mirta, menina que, aos 10 anos, em 1971, foi vítima de abuso sexual e, como consequência, engravidou, de forma a historicizar a violência sexual contra a infância. Assim, a análise histórica do abuso sexual infantil evidencia a necessidade de ir além da denúncia, almejando também o processo de desnaturalização da violência. Com base em reportagens da revista *Así* (1971 e 1973), a autora demonstra como a narrativa transformou a violência em espetáculo público, reforçando estruturas patriarcais. Mostra ainda como diferentes segmentos da sociedade como Estado, Igreja e mídia que legitimaram práticas sociais, como o casamento e o batismo, no caso de Mirta e de sua gravidez, desviando o foco da violência sofrida. Por conseguinte, Isabella evidencia que a violência é atravessada por múltiplos fatores socioculturais, atingindo todas as classes sociais, mas com maior incidência sobre meninas oriundas de famílias populares.

Em sequência, Humberto da Silva Miranda analisa a produção do

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) intitulada *"Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica"* (1989). O autor indica que essa produção tinha como objetivo divulgar as ações do UNICEF no combate à situação de rua e operava como um dispositivo de padronização e controle dos educadores de rua. Por sua vez, Miranda ressalta que essa abordagem entrava em tensão com a proposta de Paulo Freire e aponta que o processo histórico da década de 1980 envolvendo crianças em situação de rua não era isolado, mas parte de um processo historicamente construído na História da República Brasileira. Assim, evidencia-se que a produção do UNICEF recaía na estigmatização de crianças e adolescentes em situação de rua, em contraste com os princípios defendidos por Freire. Apesar das tentativas de controle, instituições e movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, conquistaram autonomia a partir das ideias humanizadoras e dialógicas de Paulo Freire, as quais, por consequência, deram origem à Pedagogia Social de Rua.

O historiador Thiago Reisdorfer, em seu artigo intitulado *"Juventude(s) e universidades no Brasil: Análise de uma invisibilização (2004-2020)"*, discute a reprodução da estrutura adultocêntrica no âmbito das Universidades Federais Brasileiras (UFs). Com base na análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) de 161 universidades federais brasileiras, no período de 2004 a 2020, o autor sustenta que os estudantes são frequentemente referidos como meros "recursos" ou "profissionais a serem formados", o que desconsidera suas práticas, experiências e sociabilidades, reduzindo-os à condição de incompletude. Nesse sentido, Reisdorfer identifica duas concepções predominantes nas universidades em relação à juventude: a primeira, presente em cerca de dois terços das instituições, de caráter totalizador, compreende a universidade como única responsável pela formação dos jovens; a segunda, de caráter mais complementar e menos recorrente, reconhece os jovens como sujeitos sociais portadores de saberes e propõe contribuir com a sua formação integral. Por fim, o autor evidencia que as práticas adultocêntricas limitam a capacidade institucional de elaborar políticas inclusivas, na medida em que não reconhecem a diversidade presente no corpo discente.

Finalizando a segunda parte do livro e encerrando a obra, encontra-se o texto de Valeria Llobet, intitulado *Infancia(s) y futuro(s). Las políticas de la infancia y la participación infantil*. Nesse artigo, a partir de uma revisão teórica, a autora discute a relação entre infância e a noção de "futuro" como construção política e histórica, examinando de que modo a ideia de infância moderna e as políticas sociais têm mobilizado tais conceitos tanto para o planejamento de disputas políticas quanto para a invisibilização das desigualdades. Além disso, questiona o papel da participação infantil e aponta

os riscos de sua utilização de forma utilitarista e despolitizada, sem enfrentar as estruturas capitalistas. Llobet também analisa a relação entre temporalidades desiguais, mostrando como estas moldam as experiências das crianças e distribuem perspectivas diferenciadas de futuro. Argumenta que a noção de "criança com direitos" pode ser esvaziada quando vinculada a uma participação meramente instrumental e que a "familiarização" do cuidado reforça a privatização da responsabilidade, encobrindo desigualdades estruturais. Por fim, destaca que, em contextos de crise, como a pandemia de COVID-19, algumas infâncias são protegidas enquanto outras são tratadas como "sem futuro", ficando expostas à violência e à negligência.

Os textos aqui apresentados, escritos por diferentes profissionais das ciências humanas, em sua maioria historiadores, evidenciam o compromisso desses pesquisadores com uma produção engajada que, para além de narrar o passado, busca subverter a lógica adultocêntrica ao revelar diferentes formas de representações, práticas sociais e sensibilidades vividas por crianças, adolescentes e jovens latino-americanos em outros tempos. Ademais, tais textos ressaltam que esses sujeitos construíram e reconstruíram múltiplas maneiras de existir e de imaginar um futuro no qual seus direitos fossem efetivamente reconhecidos e assegurados.